



Vilas
Complexo Eólico

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2025**

Brownfield Investment Holding S.A.

CNPJ Nº 38.660.009/0001-00

Subsidiária Integral da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba - PR, CEP 81.200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. ORGANOGRAMA	4
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)	5
4. POLÍTICA DE EQUIDADE	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. Contexto Operacional	10
2. Base de Preparação	10
3. Políticas Contábeis Materiais	11
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	13
5. Investimentos	13
6. Partes Relacionadas	13
7. Provisões	13
8. Patrimônio Líquido	13
9. Custos e Despesas Operacionais	14
10. Instrumentos Financeiros	14
11. Seguros	15
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	16
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Brownfield Investment Holding S.A. (ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está a disposição para prestar esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 31 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

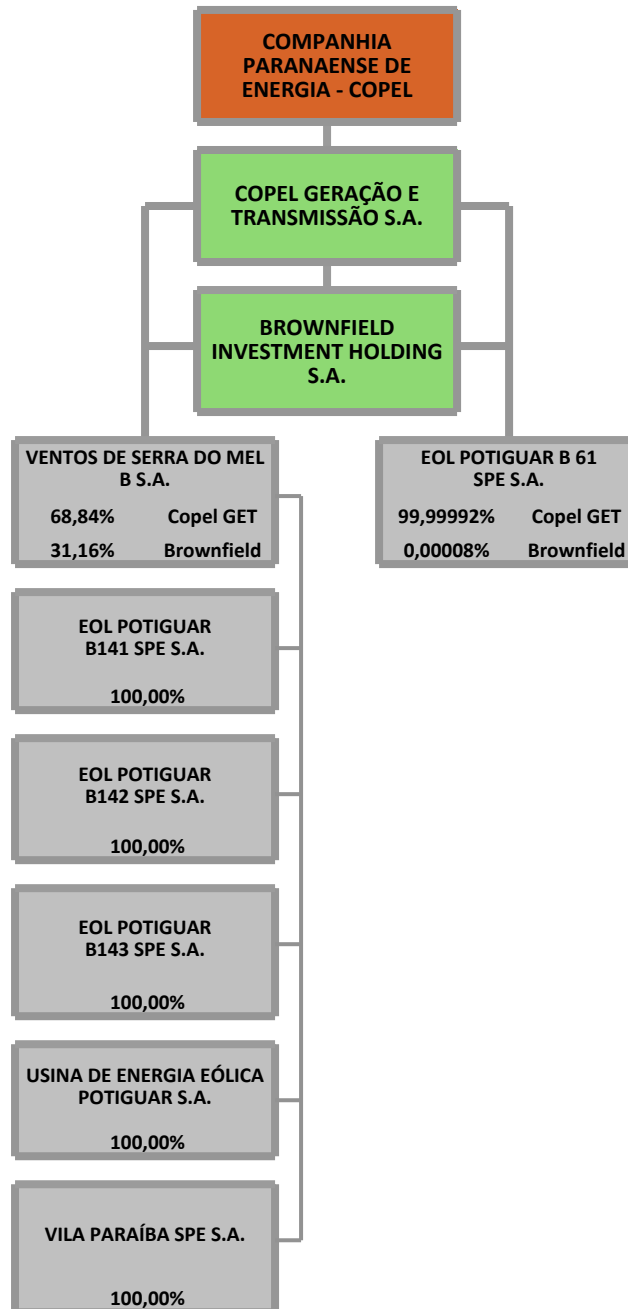
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Companhia, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. que, por sua vez, é controlada pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, foi constituída em 2021 e tem por objeto social a gestão de participações societárias.

2. ORGANOGRAMA

ORGANOGRAMA - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA 31.12.2025



Os cinco empreendimentos eólicos formam o Complexo Vilas, localizado no Município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte. A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) (1)	Preço/MWh (2)	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
EOL Vila Maranhão I	32	17,8	97,3	135,59	11.02.2021	11.01.2054
EOL Vila Maranhão II	32	17,8	97,9	135,59	31.03.2021	14.01.2054
EOL Vila Maranhão III	32	16,6	98,5	135,59	29.09.2020	14.01.2054
EOL Vila Ceará I	32	17,8	89,8	135,59	19.12.2020	14.01.2054
EOL Ventos de Vila Mato Grosso I	58,9	28,6	169,7	113,11	11.06.2021	06.12.2054
Total das Eólicas	186,9	98,6	553,2			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2025.

(2) Preço atualizado até dezembro/2025.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (em milhares de reais)

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2025	2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	57.970	47.052	23,2
Caixa e equivalentes de caixa	125	144	(13,2)
Custos e despesas operacionais	7.819	(7.814)	(200,1)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	7.819	(7.814)	(200,1)
Ebitda ou Lajida (a)	7.819	(7.814)	(200,1)
Lucro operacional	7.805	(7.803)	(200,0)
Lucro líquido do exercício	7.804	(7.803)	(200,0)
Patrimônio líquido	55.755	46.526	19,8
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,0	0,9	11,1
Liquidez geral (índice)	1,0	0,9	11,1
Participação de capital de terceiros (%)	3,8	1,1	245,5
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	14,0	(16,8)	(183,3)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

4. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	125	144
Dividendos a receber	6	2.163	305
Imposto de renda e contribuição social		3	3
Despesas antecipadas		—	3
		2.291	455
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	5	55.679	46.597
		55.679	46.597
TOTAL DO ATIVO		57.970	47.052

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Fornecedores		—	2
Dividendos a pagar		2.215	524
		2.215	526
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8.1	47.213	47.213
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	3.116	—
Reserva legal	8.2	356	—
Dividendo adicional proposto	8.3	5.070	—
Prejuízos acumulados		—	(687)
		55.755	46.526
TOTAL DO PASSIVO		57.970	47.052

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
Custos Operacionais	9	(4)	(9)
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(4)	(9)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	9	(29)	(46)
Resultado da equivalência patrimonial	5	7.823	(7.759)
		7.794	(7.805)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		7.790	(7.814)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras		15	11
		15	11
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		7.805	(7.803)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social		(1)	-
		(1)	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		7.804	(7.803)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	8.4	0,16529	(0,16527)

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	7.804	(7.803)
Outros resultados abrangentes	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	7.804	(7.803)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Capital socia	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros			Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2024		47.213	—	880	6.236	1.311	—	55.640
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	—	(7.803)	(7.803)
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	—	(1.311)	—	(1.311)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Absorção de prejuízo	8.3	—	—	(880)	(6.236)	—	7.116	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		47.213	—	—	—	—	(687)	46.526
Lucro do exercício		—	—	—	—	—	7.804	7.804
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	—	3.116	—	—	—	—	3.116
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	8.2	—	—	356	—	—	(356)	—
Dividendos	8.3	—	—	—	—	—	(1.691)	(1.691)
Dividendo adicional proposto	8.3	—	—	—	—	5.070	(5.070)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		47.213	3.116	356	—	5.070	—	55.755

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.804	(7.803)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social		1	—
Resultado da equivalência patrimonial	5	(7.823)	7.759
		(18)	(44)
Redução (aumento) dos ativos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		—	1.953
Imposto de renda e contribuição social		—	(3)
Despesas antecipadas		3	2
		3	1.952
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(3)	2
		(3)	2
CAIXA (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(18)	1.910
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	—
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(19)	1.910
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aportes em investimentos	5	(3.116)	—
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(3.116)	—
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	3.116	—
Dividendos pagos		—	(1.868)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		3.116	(1.868)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19)	42
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	144	102
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	125	144
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(19)	42

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Brownfield Investment Holding S.A. (Companhia) com sede à Rua Jose Izidoro Biazetto, 158, Mossunguê, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A (Copel GeT). que, por sua vez, é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel (Copel ou Controladora). Tem como objetivo principal o desenvolvimento, execução e operação de projetos de energia elétrica, além da gestão, mediante participações societárias, de sociedades que desempenhem essas mesmas atividades.

1.1. Concessões e Autorizações

Usina eólica	Autorização	Vencimento
Potiguar B61	Portaria MME nº 453/2019	06.12.2054
Potiguar B141	Portaria MME nº 2/2019	08.01.2054
Potiguar B142	Portaria MME nº 12/2019	08.01.2054
Potiguar B143	Portaria MME nº 13/2019	08.01.2054
Ventos de Vila Paraíba IV	Portaria MME nº 10/2019	08.01.2054

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31.03.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as seguintes:

- NEs nº 3.3 e 7 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais.

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Equivalência Patrimonial

Os investimentos em coligadas (participação societária relevante, porém sem controle acionário) são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.4. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.5. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	28	6
Aplicações financeiras de liquidez imediata	97	138
	125	144

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 70,00% e 98,00% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Investimentos

	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2024	Equivalência patrimonial	AFAC	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2025
Coligadas								
Ventos de Serra do Mel S.A.	55.881	(7.759)	(1.525)	46.597	7.823	3.116	(1.857)	55.679
	55.881	(7.759)	(1.525)	46.597	7.823	3.116	(1.857)	55.679

6. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas, destacados em linhas específicas do balanço patrimonial.

	Ativo		Passivo	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controlador				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Dividendos a pagar	–	–	2.215	524
Coligada				
Ventos de Serra do Mel B S.A				
Dividendos a receber	2.163	305	–	–
	2.163	305	2.215	524

7. Provisões

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.3 são atendidos. Em 31.12.2025 e 31.12.2024, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 a Companhia e suas controladas não possuíam passivos contingentes.

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 47.213 (R\$ 47.213 em 31.12.2024) é composto por 47.212.620 ações ordinárias, pertencentes à Copel GeT.

Nos ano de 2025 a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC no valor total de R\$ 3.116 a ser integralizado na Assembleia Geral que será realizada em abril de 2026.

8.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

8.3. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Cálculo dos dividendos		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	7.804	(7.803)
(-) Absorção do Prejuízo Acumulado	(687)	7.803
Lucro líquido ajustado	7.117	—
Reserva legal (5%)	(356)	—
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	6.761	—
Dividendos mínimos obrigatórios	1.691	—
Dividendos adicionais propostos	5.070	—
Total de dividendos	6.761	—
Valor do dividendo por ação	0,14320	—

8.4. Resultado Líquido básico e diluído por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) atribuído à acionista controladora	7.804	(7.803)
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	47.212.620	47.212.620
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,16529	(0,16527)

9. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	—	(1)	(1)	(1)
Serviços de terceiros	—	(25)	(25)	(36)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(4)	(3)	(7)	(18)
	(4)	(29)	(33)	(55)

10. Instrumentos Financeiros

10.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	125	125	144	144
			125	125	144	144
Total dos ativos financeiros			125	125	144	144

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

(a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.

10.2. Gerenciamento dos riscos financeiro

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

10.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	125	144
	125	144

(a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

11. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância Segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2027	192.584
Responsabilidade Civil Geral	28.04.2026	30.000
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Curitiba, 31 de março de 2026

MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO REZENDE

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA

Contador - CRC-PR-058084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Brownfield Investimentos Holding S.A (Brownfield), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), inscrita no CNPJ sob o nº 10.979.076/0001-64, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da Brownfield de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Brownfield de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 31 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Brownfield Investment Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brownfield Investment Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Brownfield Investment Holding S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Brownfield Investment Holding S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

